
EUROPA E PROYECTO NACIONAL

EUROPA E PROJECTO NACIONAL

Europa e projecto nacional

Como dificilmente poderia deixar de acontecer, estamos mergulhados numa profunda crise de identidade nacional, após o fim rápido de um Império de mais de quatro séculos e depois de quase quatro anos de confrontação aguda de propostas ideológicas muito diversas. Não é, decerto, a primeira vez que na nossa História se regista um tal fenómeno de desorientação e, até, de descrença sobre o lugar que cabe a Portugal. Mas, desta vez, a crise surge-nos mais profunda, não apenas porque a vivemos directamente, mas, sobretudo, porque o Mundo é agora mais integrado e a identidade das pequenas nações mais problemática. Além disso, os reflexos dessa crise — os reflexos da falta de um projecto colectivo mobilizador — parecem afectar, agora, a generalidade da população, e não apenas as minorias mais cultas e mais ligadas ao exercício do poder político.

A «opção europeia» tem sido apresentada como a saída para este problema. A solicitada adesão de Portugal ao Mercado Comum e a consequente participação activa do nosso país na construção da Europa forneceriam o projecto colectivo que nos falta — tanto mais que nessa Europa vivem muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses.

É difícil, no entanto, fugir a uma certa sensação de anacronismo quando se ouve falar entusiasticamente, em Portugal, de entrar para o Mercado Comum. Dir-se-ia que, muitas vezes, a Europa de que se fala não é a de hoje, mas a de há vinte anos, quando pareciam materializar-se as grandes esperanças da integração. Só que essas esperanças foram, em grande parte, desmentidas pelos acontecimentos dos anos 60 e 70 — facto que, entre nós, parece não se querer encarar com todo o realismo e tirando dele todas as consequências, talvez para não diminuir o brilho dos esforços diplomáticos que procuram abrir, para Portugal, as portas da Comunidade Económica Europeia.

Uma integração frustrada

A via económica para a integração europeia não foi a única tentada. O ideal de uma Europa unificada, ultrapassando definitivamente as «guerras civis» europeias que foram o cerne dos dois conflitos

mundiais deste século, buscou, antes de mais, uma concretização no campo militar. Foi a malograda Comunidade Europeia de Defesa, inviabilizada por um voto desfavorável da Assembleia Nacional francesa, em 1952, voto para o qual contribuiu o desinteresse manifestado pelos Ingleses quanto à ideia.

Promover a integração das velhas nações europeias no sector da defesa significava atacar frontalmente o âmago da questão no que ela tem de essencial: a soberania do Estado-nação e a sua «ultima ratio», as armas. A tentativa falhou — e os entusiastas da ideia europeia resolveram pegar no problema por outro lado. Assim nasceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, circunscrita a dois sectores da economia em fase de crise, e, anos depois, o muito mais ambicioso Mercado Comum, mais precisamente a Comunidade Económica Europeia. Mas aquele fracasso inicial, no campo militar, ficaria a marcar — limitando-a — a marcha da integração europeia nas décadas seguintes.

Nem toda a gente, de resto, quis embarcar nessa aventura do Mercado Comum, que inequivocamente apontava para um princípio de integração política entre os Estados membros e continha um embrião de poder supranacional nas suas estruturas institucionais. Ficou de fora a Grã-Bretanha, ainda muito ligada ao fantasma do Império e à ilusão de manter relações privilegiadas com os Estados Unidos. Os Ingleses queriam reduzir a integração europeia à mera instituição do comércio livre entre os países do velho Continente, nem sequer os obrigando a manter pautas aduaneiras uniformes em relação a terceiros países (o que daria cabo das preferências pautais que a Grã-Bretanha concedia às nações da Commonwealth). Por isso, uma vez formado o Mercado Comum, os Ingleses tomaram a iniciativa de constituir uma minizona de trocas livres na Europa, a E. F. T. A.

Entretanto, a integração europeia no quadro do Mercado Comum avançou espectacularmente (a tal ponto que já em 1961 os Ingleses se arrependiam de não ter aderido e iniciavam conversações visando a adesão, que só onze anos mais tarde se concretizaria). Mas os progressos da integração do Mercado Comum concentraram-se essencialmente na fase inicial e mais fácil — a fase da integração comercial. Pouco ou nada se avançou na harmonização das políticas económicas, designadamente conjunturais.

A única política «comum» que a C. E. E. conseguiu verdadeiramente concretizar foi a agrícola. E tal não aconteceu por acaso. A França era, e é, a principal beneficiária dessa política (aliás justamente criticada por demasiado proteccionista); por isso, o general de Gaulle — inimigo jurado de qualquer limite à soberania nacional francesa e de quaisquer entraves à liberdade de movimentos do governo de Paris — condescendeu.

Mas não fez outras concessões a uma Europa com perspectivas de poder supranacional. Assim, ficou até hoje por aplicar a regra da

maioria para certas decisões do Conselho Ministerial da C. E. E., em vez da tradicional unanimidade. A regra da maioria estava — «et pour cause»... — expressamente prevista no Tratado de Roma, mas continua letra morta.

Claro que desse modo ficaram frustradas as esperanças dos que contavam com uma certa integração económica para levar a esquemas de integração política, necessariamente supranacionais, na Europa. As coisas, de resto, começaram a funcionar ao invés a partir de certa altura: a falta de integração política passou a ameaçar os próprios progressos já conseguidos quanto à integração económica.

É assim que assistimos aos humilhantes fracassos das tentativas de unificação monetária europeia (as desventuras da «serpente» são significativas), à incapacidade de gizar e aplicar políticas anticíclicas coordenadas, à mais desenfreada competição entre os próprios membros do Mercado Comum na corrida ao petróleo e aos petrodólares, a partir de 1973, etc. Não espanta que as disparidades económicas entre os vários países da Comunidade (nove, desde 1 de Janeiro de 1973) não hajam cessado de se alargar nos últimos anos, já referindo documentos oficiais da C. E. E. a «Europe à deux vitesses», facto real que assim se consagra e se aceita, não obstante representar a negação do ideal da integração europeia.

Alargar e aprofundar a C. E. E.

Este falhanço é, de resto, posto a nu pelos pedidos de adesão dos países da Europa meridional. Como é evidente, a entrada da Grécia, Portugal e Espanha no Mercado Comum só pode concretizar-se, sem implicar a paralisia dos mecanismos comunitários de decisão, após uma profunda reforma institucional da Comunidade, reforçando designadamente as possibilidades de manifestação de um poder europeu supranacional.

Este é o grande obstáculo que se põe à entrada de Portugal no Mercado Comum. Naturalmente que também existem dificuldades económicas sérias — principalmente as que derivam do facto de qualquer concessão feita por Bruxelas a Portugal poder ser invocada como precedente pela muito mais desenvolvida Espanha (cuja agricultura, ao contrário da nossa, é altamente competitiva e cuja indústria conta com sectores que concorrem vantajosamente com os da Europa comunitária, como é o caso do aço, por exemplo). Outro problema sério diz respeito à livre circulação de trabalhadores, a que qualquer membro da C. E. E. tem direito — mas que dificilmente será acordado pelos actuais membros da Comunidade, aflitos com altos níveis de desemprego, aos candidatos do Sul, tradicionais fornecedores de mão-de-obra barata.

Mas todas estas questões são passíveis de arranjos e compromissos mais ou menos satisfatórios; em boa parte, são questões de calen-

diário, de ritmo ao qual se fará a aproximação dos novos membros. Já o mesmo não acontece com a absoluta necessidade de relançar politicamente a integração europeia, como condição mesma de ser possível o alargamento da Comunidade.

Já se fala abertamente, até, em que o interesse que os Ingleses manifestam pela concretização do alargamento do Mercado Comum tem a animá-lo o designio de, na prática, reduzir esta instituição aos seus aspectos meramente comerciais — se não já a uma mera zona de trocas livres (antiga tese britânica, como vimos), pelo menos a uma união aduaneira e pouco mais. O fraco entusiasmo que na Grã-Bretanha se continua a sentir pelo empreendimento comunitário explicaria esta tentativa de «desvalorização» do Mercado Comum, diluindo-o num grande bloco comercial desprovido das perspectivas de unificação política que constituíram a fonte de inspiração, em última análise, do Tratado de Roma.

Entretanto, nas grandes questões económicas internacionais — como bem se viu quando da «cimeira» económica de Londres, em Maio passado — o Mercado Comum como tal praticamente não conta: contam a Alemanha Federal, o Japão, os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha... O próprio empenho alemão na unificação europeia, desenvolvido no após-guerra a partir da reconciliação com a França, parece ter esmorecido um tanto nos últimos anos. Bona prefere entender-se directamente com Washington, tomando a Alemanha Federal — como nação independente e não como membro da C. E. E. — a estatura política internacional a que o seu potencial económico lhe dá direito.

Significa isto que não se vislumbra o tal relançamento político da integração europeia. Se o desinteresse actual pela construção da Europa — não obstante as declarações e os discursos dos políticos, cada vez menos convincentes — é ou não fenómeno passageiro, não se pode saber ao certo neste momento. Uma coisa é clara, porém: na Europa actual não se encontra o projecto mobilizador de que Portugal necessita.

A «opção europeia»

A participação na tarefa da construção de uma Europa integrada dificilmente poderá entusiasmar os Portugueses numa altura em que os pioneiros e principais protagonistas da integração europeia se mostram bastante desinteressados do assunto. E de nada valerá fazer jogar, aqui, o nosso proverbial atraso histórico, agindo como se a Europa à qual batemos à porta ainda fosse a Europa dos anos 50, quando o sonho de Jean Monnet parecia começar a ser realidade.

Naturalmente que nem por isso a adesão ao Mercado Comum deixará de ser um importante objectivo a atingir por Portugal — e essencialmente em função de motivos políticos, já que essa adesão

de alguma forma ajuda a afastar tentações antidemocráticas internas. Uma coisa, porém, é prosseguir uma sensata política de integração na C. E. E. — outra seria fazer disso o grande projecto nacional.

A menos que se entenda a «opção europeia» não tanto como a participação na construção da Europa integrada mas, sobretudo, como a consolidação, entre nós, de um regime democrático e aberto, com o qual se costumam identificar os países do Mercado Comum. A ideia que estas linhas tentam defender resume-se, precisamente, a que é esse o grande projecto que nos interessa para resolver a presente crise de identidade nacional — projecto que às vezes se espera que desponte subitamente no horizonte da consciência do País, como um novo D. Sebastião, e que, outras vezes, se julga poder adoptar escolhendo entre vários modelos possíveis, como quem escolhe um fato feito.

Falar da democracia política após quase quatro anos de incessante debate ideológico talvez pareça despropositado a muita gente, cansada de tantas palavras e porventura céptica e desiludida com a amostra de democracia que lhe foi servida. Estamos num momento de refluxo psicológico, em que as decepções do presente conferem um renovado e inquietante brilho às experiências do passado, que ainda há bem pouco parecia morto e enterrado. Mais uma boa razão, no entanto, para que se reflita serenamente sobre o problema, abstraindo tanto quanto possível das sequelas emocionais dos últimos anos.

A decepção com o presente é compreensível. Goste-se ou não, a verdade é que o 25 de Abril significou, para uma larga parte da população, a abertura de uma enorme esperança de acesso à sociedade de consumo. Esperança tão prosaica, para mais num país onde os discursos ideológicos — preferentemente «de esquerda» — por momentos pareceram cobrir e encobrir toda a realidade, ela foi, no entanto, bem revelada pelos hábitos de consumo dos estratos que mais beneficiaram dos aumentos de salários trazidos pelos meses seguintes ao 25 de Abril.

Crise económica e liberdade

E nem poderia ser de outra maneira, numa sociedade cheia de carências materiais e onde era — e é — flagrante o domínio dos valores culturais da fraccão mais rica da população. Perante tal domínio, bem enraizado no inconsciente colectivo, os ventos ideológicos que Abril desencadeou não passaram de um verniz superficial (não raro com funções compensatórias do comportamento efectivo); pior do que isso, agora que toda agente sente que a sociedade de consumo está, afinal, ainda mais longe de nós do que estava, a frustração pode levar as pessoas a rejeitarem as próprias possibilidades políticas que Abril abriu.

A degradação do nível de vida da população, precisamente numa fase em que as expectativas de melhoria cresceram em flecha, teria

sempre de se dar, pela influência conjugada do tipo de crescimento económico herdado do regime anterior, das perturbações políticas internas, da crise económica internacional, das consequências da descolonização e, ainda, da destruição do aparelho produtivo interno como primeira fase de uma estratégia de transição para o socialismo.

Essa transição pretendeu, a certa altura, tudo justificar. Mas os próprios métodos usados revelaram a natureza totalitária do projecto — pois, em política, os meios que se empregam contêm em si mesmos os fins para que apontam. Desacreditado, tal projecto pertence certamente ao passado. A sua rejeição não pode, no entanto, fazer-nos esquecer a crise que afecta o sistema económico dessa mesma Europa em que pretendemos integrar-nos — crise cujas consequências políticas fazem renascer o espectro do totalitarismo no velho continente. O clima de decepção económica não é exclusivo de Portugal. Numa Europa onde o desemprego ainda não parou de crescer e onde os actuais níveis de bem-estar não satisfazem quem se habituou a melhorar de nível de vida de ano para ano, multiplicam-se as perspectivas de actuação para minorias fascizantes e terroristas e para vanguardas ou elites salvadoras. Preservar e consolidar a liberdade política num ambiente de crise económica — e, assim, manter abertas as portas de reforma democrática da economia e da sociedade — eis o que surge como tarefa urgente.

Que a crise do sistema económico é real e profunda só os propagandistas o fingem ignorar. E nem se trata tanto de uma nova relação de forças ante os países industrializados e o Terceiro Mundo, simbolizado pelos produtores de petróleo. As coisas são mais fundas e tocam no próprio motor do sistema económico — o mercado.

É um facto que o mercado tem vindo a perder funções nas economias ocidentais (basta pensar na rigidez do mercado de trabalho nos países mais industrializados). Atribuir isso à conta de deliberadas e perversas políticas dos governos é ingenuidade excessiva; o que parece mais próximo da verdade é que o próprio sistema, ao crescer e evoluir, cria mecanismos de autobloqueamento que lhe retiram a eficácia. Resta saber se as «sociedades de consumo» e as aspirantes a tal conseguem superar os problemas económicos sem sacrificar a liberdade.

A forma da liberdade

Assim, o tão ansiado projecto nacional pouco terá de grandioso e exaltante, no sentido de ser um projecto que mobilize pela força irresistível das palavras de ordem ou das promessas. Tratar-se-á, antes, de algo mais modesto, mas bem mais importante: a procura, em conjunto, de uma melhoria da qualidade de vida que é, antes de mais, fruto do próprio facto de cada um poder participar — na medida em que efectivamente participar — nos negócios colectivos. Para

isso, a hipocritamente chamada democracia «formal» é decisiva a todos os níveis: do seu exercício dependerá tudo o resto, a menos que (como é, afinal, tão frequente!) alguém — pessoa, partido ou casta — se substitua a todos e a cada um na resolução dos problemas.

Como talvez muitos portugueses se tenham dado conta ao longo dos últimos quatro anos, e em especial durante as fases mais agitadas após o 25 de Abril, a *forma* não é secundária: ela representa, afinal, o garante de que o arbitrário não volta a imperar. É a forma da liberdade que deve constituir a nossa grande tarefa nacional — porque de tarefa se trata, sempre em aberto, e jamais de uma «fórmula».

Organizar a liberdade surge, pois, como a própria justificação da existência deste corpo político autónomo que se chama Portugal. Digamos mesmo: está aí a sua razão de ser — aquela que, em última análise, dá sentido à independência nacional e, portanto, aos meios militares cuja missão é defender tal independência. De facto, é dentro desse espaço político e através dele que se organiza e se exerce a liberdade.

É bem possível que tudo isto soe aos ouvidos de muitos como uma maneira de fugir aos problemas bem concretos que enfrentamos, a começar pelos económicos. No entanto, não se trata de uma evasão — bem pelo contrário. Trata-se de suscitar um epenhamento reflectido, a nível individual e colectivo, na melhoria da vida do dia-a-dia de todos nós, confiando em que os interessados participem efectivamente na resolução dos seus problemas, em vez de serem sempre outros a substituir-se-lhes.

Naturalmente que inimiga desta ideia, tão velha e tão simples (mas tão difícil de concretizar), é a utopia de uma autogestão erigida em princípio absoluto e de um pretensão «poder popular» como resposta expedita. Não é possível passar sem a chamada democracia representativa, a menos que se prefira uma mascarada em que uma vanguarda qualquer faz a festa e deita os foguetes.

É bem conhecido, de resto, o facto de as pretensões ao paraíso terreal — ao absoluto — conduzirem em regra à tirania total. O sonho de uma sociedade industrial (ou outra qualquer que a História regista) desprovida de constrangimento, desprovida de uma organização (necessariamente hierárquica), de uma disciplina, de uma dose de efectiva alienação que deriva de o trabalho só em pequena medida exprimir uma actividade criadora e livre, o sonho, enfim, de uma humanidade sem limites — incluindo o limite que é não poder ser cada um de nós mais do que uma pessoa, vivendo uma só vida e assim afastando todas as outras possibilidades — só pode levar ao desespero, quando absolutizado e tomado como imperativo imediato. Diversa será a perspectiva de lutar por uma sociedade menos alienada, menos limitada, mas sabendo de antemão que isso só progressivamente pode ser conseguido, através do esforço consciente dos próprios interessados — e não de convulsões portadoras, como por magia, da libertação messiânica.

Não haverá democratização real, por outro lado, se a miséria impedir o exercício efectivo das liberdades — a começar pela liberdade de lutar politicamente contra essa miséria. Mas também a democracia não irá muito longe se permanecer a asfixiante tendência centralizadora do Estado, que infelizmente se reforçou desde o 25 de Abril e que, após as nacionalizações, passou a significar que largos e estratégicos sectores da economia entraram na via da burocratização.

Autonomia e responsabilidade

A atribuição de meios financeiros, técnicos e de organização às autarquias (cujo movimento de receitas e despesas representa em Portugal uma parcela muito baixa dos dinheiros do Estado) é uma condição para que a democracia funcione ao nível local — por onde ela deve começar, aliás. Do mesmo modo, parece bem pouco saudável o hábito de nomear candidatos a deputados pessoas que mal conhecem os círculos que os vão escolher, e vice-versa.

No campo económico, a falta de autonomia efectiva das empresas do sector público e dos seus gestores (uma causa, aliás, da dramática fuga de técnicos que tanto afecta o País) e a vocação controladora do Estado sobre o sector privado têm como resultado não apenas a ineficiência como a demissão das pessoas, a sua progressiva irresponsabilização, a asfixia da iniciativa empresarial — privada e pública. O problema, aliás, coloca-se em todos os campos: da Universidade aos meios de comunicação, dos sindicatos aos organismos intermédios da sociedade civil, a capacidade de iniciativa autónoma é ameaçada pela incurção devoradora dos aparelhos burocráticos centrais.

Dir-se-á, e infelizmente é verdade, que o Estado sempre dominou e abafou em Portugal a sociedade civil, cuja timidez tem sido manifesta e revela a sua fraqueza intrínseca. Mas resignarmos-nos a tal situação, contribuindo na prática para a agravar, não apenas significa que estamos a pôr em causa o próprio exercício da democracia. Significa, também, que — ao travar-se a pouca capacidade de iniciativa que, ao menos em potência, exista disponível — estamos a condenar o País à colonização por parte de outros que possuam essa iniciativa. E não custa a imaginar uma situação em que, para muitos, ser colonizado cultural e economicamente até nem será muito desagradável — pois permitirá a instalação na passividade, ao mesmo tempo que (se tivermos a sorte de tal colonização ser benigna) o desenvolvimento económico, estimulado e orientado por outros, sempre nos dará alguns benefícios materiais.

Daí que o projecto que aponta para a democratização da vida nacional, com tudo o que isso implica de liberdade política e de responsabilização, deva ser o nosso projecto. Dizê-lo surge quase como uma banalidade. Mas importa perguntar: porquê? Porque será que

este projecto, simples e evidente, parece não nos bastar e andamos por isso à procura de projectos espectaculares e aparentemente mais sedutores? Talvez esteja aqui, para nosso mal, a confissão implícita de que não estamos afinal dispostos a tomar o nosso destino nas mãos.

Novembro de 1977

Francisco Sarsfield Cabral
Jornalista